DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:20 Página 1

Ano VII - Nº 4.140

Quinta-feira, 12 de Setembro de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Instituto Steve Biko transforma vidas pela educação

Sessão especial foi requerida e presidida pelo vereador Sílvio Humberto

Fotos: Valdemiro Lopes





"Quando falo do Instituto Steve Biko falo de minha vida", disse o vereador Sílvio Humberto (PSB). Ele destacou o combate à "escravidão mental", a valorização da religião de matriz africana, a luta contra o racismo institucional, a importância das políticas afirmativas e a necessidade de obter uma sede própria para o instituto.

Leia mais na página 3

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:20 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Entidades médicas pedem o apoio da Câmara

Na Tribuna Popular, conselheiro do Cremeb aponta valorização da categoria como solução para avanço da saúde pública

Durante a sessão ordinária da tarde de segunda-feira (9), Jessé Brandão, representante do Conselho Regional de Medicina (Cremeb), fez uso da Tribuna Popular para pedir o apoio dos vereadores na luta pela valorização da categoria médica. De acordo com ele, "a precária situação generalizada no sistema público de saúde do país não pode ser atribuída a falta de médicos".

Jessé Brandão esclareceu que o Brasil possui 400 mil médicos. Ainda de acordo com ele, por ano, são formados 17 mil profissionais da área médica. Ele fez críticas, ao Programa Mais Médicos, proposto pelo governo federal e afirmou que não é contra a vinda de profissionais estrangeiros, mas que acredita que um programa de valorização de carreira para os médicos do País surtiria um maior efeito.

O conselheiro ressaltou que os profissionais precisam de atenção, apoio e respeito, além de condições de segurança no trabalho para que não fiquem completamente à mercê de prefeitos nas cidades do interior do Brasil. "Nós temos soluções para ajudar a recompor a saúde do País. Queremos que os vereadores desta Casa apreciem este pleito para que enfermeiros, médicos e farmacêuticos possam ir para locais mais distantes cumprir o seu dever", justificou.

Em sua análise, Jessé lembrou que o Programa Mais Médicos é uma resposta da presidente Dilma Rousseff às reivindicações do pleito do movimento Vem Pra Rua. "O programa é só um paliativo, não traz resultados definitivos".

O conselheiro Antônio Dórea também esteve presente na sessão, representando o Cremeb.



Jessé Brandão conselheiro do Cremeb

Valorização

Os vereadores foram unânimes em considerar que a classe médica precisa ser valorizada. Para o vereador Odiosvaldo Vigas (PDT), a "revolução" deve começar no engajamento destes 400 mil médicos. "Falta planejamento e ações mais efetivas para a saúde pública", disse o vereador. Hilton Coelho (PSOL) acredita que é preciso ter uma resposta real e não simbólica. "Que venham os médicos, mas deve-se corresponder as demandas dos profissionais brasileiros", afirmou. Para o vereador Claudio Tinoco (DEM), o programa talvez funcione como um "bálsamo". Ele se mostrou preocupado com a destinação da verba de 40 milhões que o governo federal estará transferindo por mês para Cuba. "Não existe prestações de contas. Onde Cuba estará investindo esse dinheiro?", questionou.

Sugestões

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), também apresentou sua solidariedade e alertou que o debate tem que ser realizado de maneira qualificada. "É preciso destinar mais recursos para a Saúde, o que abrange muito mais do que apenas assistência médica. Saúde é qualidade de vida, emprego e moradia", reiterou.

A realização de concurso público foi uma das propostas apontadas pela vereadora Fabíola Mansur (PSB). "Essa seria uma solução a médio e longo prazo. Faltam médicos nos postos de trabalho porque não há uma política estruturante", criticou. Já o vereador Tiago Correia (PTN), repudiou a ação do governo que segundo ele "está sendo empurrada goela abaixo". "O programa é nocivo. Podem vir profissionais de qualquer país, desde que passem pelo teste Revalida", ponderou.

"O Programa Mais Médicos pode não ser a solução definitiva, mas ele é necessário para que o Sistema Único de Saúde se fortaleça, enquanto se constrói um Plano de Carreira favorável aos profissionais de saúde", considerou Moisés Rocha (PT). Opinião semelhante expôs o vereador Gilmar Santiago (PT) que considera positiva a ação. "Não vai resolver, mas abre novas possibilidades para aqueles que nunca foram devidamente atendidos".

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:21 Página 3

Vidas transformadas pela educação

Testemunhos marcam sessão especial pelos 21 anos do Instituto Cultural Steve Biko

A educação transformadora proporcionada pelo Instituto Cultural Steve Biko marcou a sessão especial, na Câmara, pelos 21 anos de existência de entidade gerada dentro do Movimento Negro de Salvador. O vereador Sílvio Humberto (PSB) presidiu a atividade legislativa, na noite desta terça-feira (10), no Plenário Cosme de Farias.

O Instituto Cultural Steve Biko – inicialmente uma cooperativa de professores engajados na educação de negros e objetivando o ingresso destes nas universidades –, conforme discursou o vereador Sílvio Humberto, "possibilitou a abertura de caminhos por meio da educação".

"Quando falo da Biko, falo de minha vida", confessou o vereador Sílvio Humberto. Ele também destacou o combate à "escravidão mental", a valorização da religião de matriz africana, a luta contra o racismo institucional, a importância das políticas afirmativas e a necessidade de obter uma sede própria para a entidade.

Como prova de sua dedicação ao Instituto Steve Biko, recebeu da professora Tarry Cristina Pereira, diretora pedagógica da entidade, uma placa de presidente de honra.

Fotos: Valdemiro Lopes



Sessão especial marca passagem dos 21 anos do Instituto Steve Biko

Testemunhos

Nas falas dos integrantes da mesa de trabalho, as virtudes do Instituto Biko foram confirmadas por todos. A ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, destacou que "a Biko retoma a capacidade de olhar para frente, projetando um futuro melhor". Os ex-alunos Sheila Regina e Paulo Rogério, hoje graduados e pós-graduados, testemunharam suas conquistas graças ao Instituto Biko.

O professor Ivo Ferreira apontou a perpetuação da instituição e o mestre em administração Waldemário Oliveira ressaltou que "a Biko abre caminhos e salva vidas, sendo algo mais do que uma sala de aula".



Vereador Sílvio Humberto recebe placa de presidente de honra da Biko



Para Jucy Silva, diretora executiva da entidade, a Biko se mistura à história das pessoas e "ajuda a entender as facetas do racismo". A professora Tarry Cristina leu carta de uma mãe que contava a dificuldade para educar um filho num país com gritantes desigualdades sociais e pouquíssimo investimento em educação.

Inclusão social

Os vereadores Waldir Pires e Gilmar Santiago, ambos do PT, frisaram que o Instituto Biko é um exemplo de inclusão social. Para Waldir Pires, "deveríamos ter milhares de Biko pelo mundo".

Ainda na sessão especial, reforçando a importância da entidade, houve uma apresentação do Coral Projeto Oguntec e a exibição do documentário "Bikud@as histórias de cidadania e consciência negra".

As vereadoras Fabíola Mansur (PSB) e Aladilce Souza (PCdoB) e a ex-vereadora Olívia Santana (PCdoB) participaram da justa homenagem da Câmara Municipal de Salvador ao Instituto Cultural Steve Biko.

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:21 Página 4

Edvaldo Brito defende mudanças no modelo de cadastramento do IPTU

Vereador entende que é injusta a penalização do contribuinte com multa de R$ 414

O vereador Edvaldo Brito (PTB) contestou o atual modelo de cadastramento e recadastramento de imóveis para os efeitos de incidência do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Para ele, é injusta a penalização do contribuinte com a multa no valor de R$ 412 quando o indivíduo não tem conhecimento específico sobre o programa ou carece de domínio do meio digital para fazer o cadastro pela via eletrônica. "Boa parte não tem nem computador para atender esse modelo", pontuou.

O vereador lembrou que habitantes de localidades como Cajazeiras, Saramandaia, Fazenda Grande, Castelo Branco e do Subúrbio Ferroviário encontrarão dificuldades para se cadastrar e advertiu: "Esta medida é muito importante para que consigamos identificar o verdadeiro valor venal de um imóvel podendo resultar em diminuição do imposto pago. Qualquer injustiça na cobrança do IPTU pode gerar a revisão do lançamento pedida pelo contribuinte".

O vereador Edvaldo Brito argumenta que foram disponibilizados poucos locais para a entrega da documentação exigida. Por meio de indicação, solicitou a ampliação dessa rede utilizando as sedes das prefeituras-bairros e uma equipe própria para orientar o contribuinte.

"As facilidades que foram criadas para o recadastramento do contribuinte não atingiram toda a cidade. Não podemos fechar os olhos para os soteropolitanos que estão encontrando dificuldades no cadastro", lembrou o vereador.

Novos projetos

O vereador já iniciou o debate com a população sobre os dois novos projetos de lei de autoria da prefeitura que versam sobre alterações no IPTU. No programa "De Olho na Verdade", na Rádio Excelsior, esclareceu dúvidas de ouvintes sobre as alterações na legislação municipal. Na sessão ordinária de terça-feira (10), atentou que, enquanto a sociedade organizada encontra meios para discutir o tema e fazer reivindicações, a grande maioria da população que não possui essa possibilidade organizacional precisa do apoio conjunto do Legislativo Municipal.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Edvaldo Brito quer recadastramento mais acessível

"Nós precisamos ouvir a sociedade e deveremos ter uma resposta clara para todos. Deveremos ter coragem e transparência para dizer qual é a verdadeira situação dessas mensagens do Executivo sobre o IPTU. A cidade conhece a minha posição há 22 anos. Ganhei uma ação de inconstitucionalidade da lei à época do prefeito Fernando José, por unanimidade, no Tribunal de Justiça da Bahia, derrubando o projeto que sinalizava para o aumento de IPTU. Se tenho 22 anos nesta luta, quero deixar claro para todos que não desmerecerei a minha história", declarou.

Palhinha quer Centro de Referência para Autistas

Indicação de autoria do vereador diz que tratamento deve ser constante

A construção de um Centro Municipal de Referência à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é defendida pelo vereador Orlando Palhinha (PP), por meio do Projeto de Indicação nº 271/13, apresentado na Câmara Municipal de Salvador. Na visão do autor, o tratamento deve ser aplicado de forma constante e dando à família total ciência das possibilidades de recuperação e de inserção do portador da síndrome na sociedade.

"Temos muitos e muitos casos de pessoas que são portadoras da síndrome e que, por terem um tratamento adequado e constante, possuem total integração com a sociedade. Exercem atividades produtivas e são atuantes em diversos setores da sociedade", observa Palhinha. Ele frisa que o Centro proposto vai



Vereador Orlando Palhinha

proporcionar aos portadores de autismo uma infraestrutura capaz de assegurar o tratamento integrado e multidisciplinar.

Salvador, segundo ele, é uma cidade que tem muitos autistas, sobretudo em famílias de baixo poder aquisitivo: "Avalio que não é justo alijar estas famílias de tratamentos que podem amenizar em muito os efeitos desta síndrome".

As estimativas apontam a existência de aproximadamente 4 milhões de portadores da síndrome no Brasil. Embora não existam dados consolidados sobre o número de portadores de autismo na Bahia, estima-se que chegue a cerca de 200 mil pessoas.

O que é Autismo

O autismo é uma inadequação no desenvolvimento, que se manifesta de maneira grave por toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de 20 entre cada 10 mil nascidos e é quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino. É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social.

Segundo a Autism Society of America (ASA), os sintomas são causados por disfunções físicas do cérebro, verificados pela anamnese ou presentes no exame ou entrevista com o indivíduo. Incluem: distúrbios no ritmo de aparecimentos de habilidades físicas, sociais e linguísticas; reações anormais às sensações, sendo que as funções ou áreas mais afetadas são visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e equilíbrio do corpo; fala e linguagem ausentes ou atrasadas, restrita compreensão de ideias e uso de palavras sem associação com o significado; relacionamento anormal com objetos, eventos e pessoas, incluindo respostas não apropriadas a adultos e crianças e objetos e brinquedos não usados de maneira devida.

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:21 Página 5

Ascam elabora Contribuições para Modernização da Câmara

Documento foi oficialmente entregue aos vereadores em ato no Salão Nobre da Casa

"Ações que resultam do consenso têm sempre maiores chances de sucesso". Com essa convicção, servidores de todos os setores da Casa elaboraram o documento Contribuições para a Modernização da Câmara Municipal de Salvador, contendo questões funcionais e estruturais que precisam ser equacionadas pela gestão. No ato que oficializou a entrega do trabalho aos vereadores, no início da tarde de terça-feira (10) no Salão Nobre do Paço Municipal, dirigentes da Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Salvador (Ascam), entidade que coordenou o processo, frisaram que a intenção foi "identificar forças e fraquezas que permeiam a instituição".

Fotos: Valdemiro Lopes



Dirigentes da Ascam entregam cópias de documento a vereadores

O presidente da Ascam, Sidelmar Castro, e o diretor Paulo Araújo fizeram uma exposição sobre o levantamento do que ainda há por fazer para modernizar o Legislativo Municipal. Destacaram, entre os pontos principais, a necessidade de elaboração de um Código de Conduta do Servidor; conclusão dos serviços de digitalização de documentos para facilitar o trabalho de pesquisa; e estabelecimento de critérios técnicos claros para a assunção a funções de confiança.



Parceria

"O processo de modernização da Câmara, que teve início com a adoção da Política de Qualidade, deve ser impulsionado nos seus múltiplos aspectos e recursos (humanos, materiais, tecnológicos e até do processo legislativo)", sugeriu Paulo Araújo, desejando que o documento elaborado pelos servidores possa nortear esse processo.

Em nome da mesa diretora, o presidente Paulo Câmara (PSDB) parabenizou a Ascam pela iniciativa e frisou que o documento Contribuições para Modernização da Câmara só confirma que existe uma "parceria de mão dupla entre vereadores e servidores". E garantiu que o funcionalismo da Casa participará ativamente do planejamento das novas políticas de modernização.

Segundo Paulo Câmara, o trabalho apresentado será de grande valia para a gestão da Casa: "Nosso lema aqui é transparência. O que puder ser feito nós vamos dizer que pode e vamos fazer. Sabemos que se os servidores são valorizados, o retorno é positivo para a instituição e para a qualidade do serviço prestado à população".

Os novos servidores, que entraram recentemente na Casa por concurso público, foram representados por Fernanda Linhares, que coordenou o trabalho. Segundo ela, a contribuição do corpo funcional à gestão "será importante para a Câmara atingir um nível de excelência, a partir do olhar técnico de quem vive o dia-a-dia da Casa".

Participaram do ato os vereadores Alfredo Mangueira (PMDB), Alemão (PRP), Cátia Rodrigues (PMN) e Marcell Moraes (PV), além dos diretores, chefes de departamentos e dezenas de servidores.

Alemão propõe programa "Meu bairro limpo"

Vereador afirma que projeto reorganiza locais de armazenamento de lixo

Preocupado com a saúde e bem estar da população soteropolitana, o vereador Alemão (PRP) apresentou à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salvador um projeto de indicação que dispõe sobre a criação do programa "Meu bairro limpo". O objetivo, segundo Alemão, é a destinação de áreas para descarte de lixo e entulho nos bairros de Salvador, além da viabilização de campanhas educativas sobre o risco à saúde da população causado pelo lixo nas ruas.

Foto: Assessoria do vereador



O vereador quer evitar cenas como esta da foto na capital baiana

"A nossa cidade enfrenta, principalmente na periferia, problemas de saneamento básico. Crianças brincam em meio ao lixo, sendo vítimas de enfermidades como cólera e disenteria", ressalta o vereador Alemão.

O projeto apresentado, segundo o vereador Alemão, traz a reorganização de locais adequados para armazenar o lixo produzido no bairro diariamente. "A proposta é que a coleta continue a ser realizada normalmente, no entanto, os moradores teriam nova opção de um local adequado para dispensar o lixo, de 6h às 9h, de segunda a sábado", explica.



Vereador Alemão

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:21 Página 6

Acesso das baianas de acarajé à Arena Fonte Nova

Valorização das profissionais e da vida da população negra é destacada na Tribuna Popular

Valorizar o trabalho das baianas de acarajé, destacando a importância de sua contribuição para a cultura de Salvador, além de defender a manutenção da vida da população negra. Este foi o objetivo do professor Marcos Rezende, representante do Coletivo de Entidades Negras Associação Beneficente Axé Abassá de Ogum, ao usar a Tribuna Popular, durante a sessão ordinária na tarde de segunda-feira (9), no Plenário Cosme de Farias.

De acordo com o professor, as baianas de acarajé continuam sem permissão para comercializar os "quitutes" no espaço da Arena Fonte Nova e agora estão sendo removidas da orla da cidade. "Isso tem que mudar. São estas pessoas que colaboram com a cultura e o cotidiano da nossa cidade", defendeu.

Marcos também chamou a atenção para o que ele considera um "genocídio da população negra". Segundo ele, a atuação da Polícia Militar de Salvador precisa mudar. Fez duras críticas a violência usada pelos



Foto: Valdemiro Lopes

Professor Marcos Rezende

policiais, afirmando que "a matança não pode ser vista com naturalidade pela Casa Legislativa" e que os vereadores não podem se furtar a um debate sério sobre o tema. "Nós do Movimento Negro lutamos por outro tipo de polícia. Uma polícia que entenda que a vida é nosso maior patrimônio. E, por isso, deve ser valorizado", justificou.

O professor agradeceu o apoio do vereador Suíca (PT) ao Comitê Permanente e Independente Contra a Violência do Estado e fez um convite aos demais vereadores para se juntarem aos encontros do Comitê que se reúne quinzenalmente na Sociedade Protetora dos Desvalidos, sempre às 16 horas.

Os vereadores foram solidários às reivindicações do professor Marcos e, como de costume, se colocaram à disposição apoiando o pleito daqueles que usam a Tribuna da Câmara.

O vereador Edvaldo Brito (PTB) se declarou como participante desta luta. "Quando se discute a tradição do acarajé, não posso deixar de me sentir tocado pessoalmente. Aqui vou sempre defender as baianas de acarajé. Quando menino fiz acarajé. Não se reloca nem se reduz uma pratica religiosa dessa forma", defendeu.

A vereadora Tia Eron (PRB) preferiu comentar sobre a importância das baianas e aumento do número de registros de profissionais da área o que reduziu o desemprego. Leandro Guerrilha (PSL) afirmou que as baianas são "referências" da imagem da Bahia. O vereador Orlando Palhinha (PP) também se pronunciou declarando ser contra a exclusão das baianas.

"Ou você está vivo e orgulhoso ou você está morto". A afirmação é do vereador Silvio Humberto (PSB) que fez duras críticas ao racismo institucional e a atuação de alguns membros da Polícia Militar em relação a juventude negra.

A vereadora Fabíola Mansur (PSB) anunciou que estará realizando uma audiência pública no dia 19 de setembro, às 8 horas, no Centro de Cultura da Câmara, para tratar sobre o aperfeiçoamento da Lei nº 12174 que trata sobre as baianas de acarajé.

Audiência pública debate artesanato em Salvador

Tiago Correia defende uma área permanente para exposição e comercialização

O Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador foi palco, na tarde de terça-feira (10), de debate sobre a situação dos artesãos no município. O evento, promovido pelo vereador Tiago Correia (PTN), que preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, contou com as presenças dos vereadores Kiki Bispo (PTN) e Toinho Carolino (PTN), do presidente da Associação dos Artesãos da Bahia (Adaba), João Duraés, além de profissionais da área.

"A nossa caminhada ao lado dos artesãos começou há alguns anos, quando eu era diretor do Trabalho na Setad (Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão) e tive a oportunidade de me aproximar desta categoria tão importante para o cenário cultural e econômico da nossa cidade", frisou Tiago Correia.

Feira

Segundo ele, inúmeras famílias dependem financeiramente do artesanato e precisam de espaço para comercializar seus produtos. "Estou na luta por um espaço permanente de mostra de artesanato para estes profissionais", declarou Tiago após ouvir as necessidades da categoria.



Foto: Assessoria do vereador

O vereador anunciou, ainda, que uma grande feira de artesanato está prevista para acontecer na Praça do Campo Grande do dia 19 ao dia 22 de setembro.

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 7

Waldir combate generalização da terceirização

Vereador sustenta que a prática prejudica os trabalhadores

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Waldir Pires

O vereador Waldir Pires (PT) apresentou na quarta-feira (11), à Mesa da Câmara Municipal, projeto de indicação a ser encaminhada à Câmara Federal defendendo a rejeição do Projeto de Lei 4330/2004, do deputado e empresário Sandro Mabel, que propõe a plena generalização da terceirização de mão-de-obra. Segundo ele, a proposição alcança tanto o setor público quanto o privado, em qualquer segmento econômico ou profissional e em quaisquer atividades ou funções.

Na indicação, Waldir enumera os principais prejuízos que a terceirização generalizada traria para as diversas categorias profissionais de trabalhadores e também para a economia do país. A diretriz contida no PL 4330, segundo ele, "esvazia flagrantemente o conceito de categoria profissional, permitindo transformar em prestadores de serviço integrantes de diversas categorias de trabalhadores hoje existentes, como bancários, comerciários, metalúrgicos, entre outras".

Lembrando ainda que os direitos e garantias dos terceirizados são manifestamente inferiores aos dos empregados efetivos, principalmente pelos níveis de remuneração e contratação significativamente mais modestos, Waldir sustenta que a generalização do processo de terceirização resultará, inevitavelmente, "em um profundo e rápido rebaixamento do valor social do trabalho na vida econômica e social brasileira, envolvendo potencialmente milhões de pessoas".

Impacto negativo

Segundo ele, estudo recente do Dieese e da CUT revelou que o terceirizado permanece 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas semanais a mais e ganha, em média, 27% menos que o trabalhador contratado diretamente pelas empresas.

Esse rebaixamento dramático da remuneração de milhões de trabalhadores, de acordo com o vereador, além de comprometer o bem estar individual de trabalhadores e de suas famílias, "afetará fortemente, de maneira negativa, o mercado interno de trabalho e de consumo, comprometendo um dos principais elementos de destaque no desenvolvimento do país, já que o decréscimo significativo da renda do trabalho comprometerá a pujança do mercado interno no Brasil".

O vereador Waldir Pires lembra, ainda, que também o SUS e o INSS, já sobrecarregados, sofreriam nova e impactante sobrecarga, uma vez que os terceirizados são vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais/profissionais em proporção muito superior aos empregados efetivos.

Suíca repudia ato de violência contra o MST

Vereador petista responsabiliza o governo estadual por tiros

O vereador Luiz Carlos Suíca (PT) manifestou seu repúdio à forma como os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram recebidos na terça-feira (10), no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Na ocasião, em que foram cobrar, na Secretaria de Segurança Pública (SSP), celeridade nas investigações pela morte de um líder do MST, em Iguaí (BA), "encontraram o subsecretário Ari Pereira armado com uma pistola que não teve dúvidas em atirar contra os manifestantes", descreveu Suíca, cobrando esclarecimentos.

O vereador petista lembra que há mais de 50 mil pessoas acampadas, sendo que muitas áreas estão pendentes na Justiça. Existem 149 decretos prontos para a assinatura de desapropriação na Bahia, com base em informações do Incra.

"A falta de ação contra a impunidade no campo e a lentidão que se processa a reforma agrária na Bahia e no Brasil são os responsáveis pela mobilização do MST. Tratá-los como criminosos não consta em nenhum programa petista e significa o rompimento de tudo que o PT prometeu desde a sua fundação", afirma o vereador.

Em 2012, foram assentadas pouco mais de 7 mil novas famílias, o que representa o índice mais baixo de toda a história do Brasil. Enquanto isso, há mais de 150 mil famílias acampadas em todo território nacional e, segundo Suíca, a tensão só aumenta e tende a se radicalizar.

"Cerca de mil sem-terra estão no CAB, em especial na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Que se tomem medidas concretas para



Vereador Luiz Carlos Suíca

atender as reivindicações e não criminalizar o MST", critica e finaliza Luiz Carlos Suíca que assegura que na Câmara Municipal de Salvador pedirá aos seus pares apoio ao MST.

Sessões de cinema animam crianças na Câmara

Projeto Criança Sorrindo viabiliza contato de jovens com a cultura

Por iniciativa do Projeto Criança Sorrindo, 15 alunos da Creche Disneylândia, do bairro de Pirajá, assistiram ao filme Meu Malvado Favorito, na manhã desta quarta-feira (11), no auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador.

O líder comunitário do Subúrbio Ferroviário, Joel Mendes, explicitou as dificuldades para executar o projeto, que é desenvolvido com o apoio da ONG Grupo Cultural Big Show.

"As dificuldades são muito grandes. Esse trabalho social é extremamente prazeroso, mas a falta de apoio nos limita. Hoje, por exemplo, vieram apenas quinze crianças de uma sala porque muitos não tinham dinheiro para pagar o transporte. Continuaremos lutando para superar essas dificuldades", declarou Joel Mendes.

Foto: Antonio Queirós



Alunos da Creche Disneylândia no auditório do Centro Cultural

De acordo com o líder comunitário, a próxima sessão de cinema para crianças no Centro Cultural da Câmara será realizada no próximo dia 20.

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 8

Aula prática de democracia na Câmara

Alunos do Colégio Antônio Vieira conheceram o trabalho dos vereadores e a história de Salvador

Em roteiro cultural pela Câmara Municipal de Salvador, na manhã de quarta-feira (11), estudantes do 1º ano do ensino médio do Colégio Antônio Vieira fizeram a experiência de conhecer mais sobre a história da cidade e os trabalhos dos vereadores. Os alunos foram recebidos pelo presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB), pelos vereadores Joceval Rodrigues (PPS) e Leo Prates (DEM), pelo diretor Administrativo Beto Fagundes e por servidores do Memorial.

Fotos: Antonio Queirós



Presidente Paulo Câmara simula sessão com estudantes do Antônio Vieira

Após uma visita ao Memorial da Casa, os estudantes seguiram para o Plenário Cosme de Farias onde tiveram a oportunidade de debater com os vereadores e apresentar, na Tribuna Popular, possíveis propostas para melhorias da cidade.



Ao ser perguntado sobre as grandes obras realizadas em Salvador, como a Arena Fonte Nova, o presidente Paulo Câmara lembrou que o equipamento é um dos legados para a cidade. "O espaço, além de esportivo, propõe atividades culturais e artísticas, gerando empregos diretos e indiretos", explicou.

Segundo o coordenador de atividades externas do Colégio Antônio Vieira, Marivalter Barbosa, "o encontro desperta os valores éticos e morais dos estudantes".

Aprendizado

Temas como distribuição de verba pública para projetos, fiscalização das atividades do Executivo e desafios diários para melhorar a cidade foram questões discutidas durante a visita cultural.

Para o presidente Paulo Câmara, as visitas estudantis são das mais importantes, pois dão a oportunidade para a juventude conhecer melhor as atividades do Legislativo Municipal de Salvador.

"Convidamos as escolas a agendarem visitas para que os estudantes possam conhecer de perto o rico acervo do Memorial, o Paço Municipal, que é um prédio com mais de 400 anos de história, e acompanhar de perto o trabalho dos vereadores, legítimos representantes da população", reforçou o convite o presidente Paulo Câmara.

J. Carlos Filho propõe homenagem a Carlos Rátis

Ex-interventor do Bahia poderá receber a cidadania soteropolitana

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador J. Carlos Filho

O vereador J. Carlos Filho (PT) encaminhou na última terça-feira (10) um projeto de resolução para a concessão do Título de Cidadão da Cidade do Salvador ao advogado e ex-interventor do Bahia, Carlos Rátis.

"A indicação de Carlos Rátis é uma justa homenagem da Câmara Municipal de Salvador, como reconhecimento da história profissional do advogado mineiro, bem como, a sua firme atuação à frente da intervenção do Esporte Clube Bahia. Esta homenagem representa singela retribuição a uma ilustre personalidade que com seu trabalho sério e louvável ajudou a recuperar a confiança e o amor dos torcedores pelo Esporte Clube Bahia", justificou J. Carlos Filho.

Ao receber a notícia da proposição da honraria, Carlos Rátis afirmou que tanto ele quanto a sua família estavam "extremamente orgulhosos" e seria um prazer receber a homenagem da Casa Legislativa. A data da sessão especial será definida e divulgada nos próximos dias.

Reconhecimento

Carlos Rátis comandou o processo de intervenção do clube e realizou a tão sonhada eleição direta no Bahia, onde ganhou a confiança e a admiração dos torcedores.

Além da sua atuação como interventor, o advogado tem dentro do seu histórico profissional a criação do Instituto de Direito Constitucional da Bahia; implantação do primeiro curso de pós-graduação em Direito Constitucional na Bahia; fundação dos projetos de monitoria com bolsas em Direito Constitucional na UEFS e como diretor-geral da Escola Superior de Advocacia da Bahia (ESAD), e o projeto ESAD/Itinerante, que viaja as trinta e uma subseções da OAB, realizando cursos jurídicos e divulgando o Projeto Videoteca Jurídica.

Foto: Internet



Advogado Carlos Rátis

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 9

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

64ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA

Salvador, 10 de setembro de 2013.

PROJETO DE LEI Nº 683/13

Dispõe sobre o descarte de lâmpadas, pilhas, baterias e outros tipos de acumuladores de energia, no âmbito do município de Salvador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos que, no município do Salvador, comercializem lâmpadas, pilhas, baterias e outros tipos de acumuladores de energia, ficam obrigados a manter postos de coleta para receber estes produtos, após sua inutilização ou esgotamento energético.

§ 1º. A destinação final das lâmpadas, pilhas, baterias e outros tipos de acumuladores de energia deverá ser realizada conforme as disposições contidas nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e na Legislação ambiental vigente.

§ 2º. Os estabelecimentos de prestação de serviços de assistência técnica e comércio de equipamentos eletroeletrônicos e de telecomunicações, que utilizem como fonte de energia os produtos constantes no caput deste artigo, também ficam obrigados ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, necessitam de destinação adequada:
I - Lâmpadas que contenham em sua composição mercúrio e seus compostos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de luz mista, lâmpadas halógenas dicroicas e outros tipos de lâmpadas com vapor metálico;
II - Pilhas, baterias e outros tipos de acumuladores de energia que contenham em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de setembro de 2013.
DUDA SANCHES

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico trouxeram grandes benefícios à sociedade;

considerando que aliados ao crescimento populacional e a um comportamento de consumo inadequado provocaram vários efeitos colaterais. Entre eles, destaca-se a poluição, principal agente de degradação do meio ambiente e de redução da qualidade de vida do homem;

considerando que o crescimento das demandas ambientais da sociedade tem exigido do setor produtivo respostas cada vez mais eficientes aos problemas causados ao meio ambiente;

considerando que a mudança do paradigma do controle da poluição a partir de ações remediativas para atitudes preventivas, pró-ativas e integradas se constitui num requisito básico para o desenvolvimento sustentável;

considerando que a busca de soluções para a problemática dos resíduos sólidos urbanos é um dos principais desafios encontrados pelos gestores públicos atualmente;

considerando que atualmente os lixões e os aterros sanitários são as formas mais usuais de destinação dos resíduos sólidos urbanos gerados no Brasil, porém, alguns resíduos sólidos, como por exemplo: pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e uma série de outros resíduos que possuem componentes nocivos à saúde e ao meio ambiente, não podem ser dispostos em aterros;

considerando que esses devem possuir um gerenciamento específico, com o objetivo de evitar ou minimizar os agravos à saúde e à poluição ambiental, como também manter aspectos estéticos e de bem estar para a população;

considerando que a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) avalia que o mercado brasileiro consome 1,2 bilhão de unidades de pilhas por ano e, deste total, apenas 1% da quantidade de pilhas consumidas são processadas e têm um destino ambientalmente correto. Ao mesmo passo, cerca de 40 milhões de lâmpadas fluorescentes são descartadas anualmente em lixões e aterros sanitários, constituindo um risco de contaminação da água e do solo;

considerando que Salvador deve tomar a vanguarda para garantir a correta destinação destes resíduos. Para tanto a população e o setor comercial e de serviços devem estar imbuídos do espírito de colaboração com o meio ambiente.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
DUDA SANCHES

PROJETO DE LEI Nº 684/13

Dispõe sobre a implantação de coleta seletiva de lixo, em Shopping Center do município de Salvador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade do processo de Coleta Seletiva de Lixo, nos Shoppings Centers do Município do Salvador, que possuam um número igual ou superior a trinta estabelecimentos comerciais.

Art. 2º. Os Shoppings Centers deverão separar os resíduos produzidos em todos os seus setores em, no mínimo, cinco tipos: papel, plástico, metal, vidro e resíduos gerais não recicláveis.

Parágrafo Único. As lixeiras coloridas deverão ficar dispostas uma ao lado da outra de maneira acessível, formando conjuntos de acordo com os tipos de resíduos.

Art. 3º. Para o cumprimento desta lei será necessário:
I - a implantação de lixeiras em locais acessíveis e de fácil visualização, para os diferentes tipos de lixo produzidos nas dependências do Shopping, contendo especificações de acordo com a Resolução nº 275/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

II - o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados, que garantam o seu bom aproveitamento, ou seja, a reciclagem.

Art. 4º. É de responsabilidade dos Shoppings Centers realizar a troca das lixeiras comuns pelas de Coleta Seletiva.

Art. 5º. O uso de lixeiras para Coleta Seletiva dentro dos sanitários não será obrigatório.

Art. 6º. Sobre a viabilização do uso das lixeiras para os usuários dos Shoppings Centers:
I - Haverá, próxima a cada conjunto de lixeiras, uma placa explicativa sobre o uso destas e o significado de suas respectivas cores.
II - A placa deverá estar em locais de fácil acesso aos portadores de necessidades especiais visuais.
III - Próximo às lixeiras deverá haver linguagem clara, apropriada aos deficientes visuais.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei ficam sob responsabilidade da administração dos Shoppings Centers.

Art. 8º. A fiscalização do cumprimento desta Lei fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Cidade Sustentável.

Art. 9º. Os Shoppings Centers terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adaptarem às normas impostas por esta Lei, após a data de sua publicação.

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 10

Art. 10. O descumprimento do disposto nos artigos desta Lei implicará ao infrator a aplicação de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único - A multa de que trata o caput deste artigo será atualizada anualmente pela correção do Índice de Proteção ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção deste índice será adotado outro criado pela Legislação Federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de setembro de 2013.
DUDA SANCHES

PROJETO DE LEI Nº 685/13

Institui o Dia do Administrador no município de Salvador.
A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o dia 09 de setembro como o Dia do Administrador, no município de Salvador.

Art. 2º - A data será comemorada no âmbito do município de Salvador, pela categoria profissional nos termos da Lei Federal nº 4769/1965, que criou a profissão do Administrador.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
HEBER SANTANA

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de, atendendo apelo do Conselho Regional de Administração (CRA-Ba), corrigir distorção estabelecida na Lei Municipal nº 6037/2001, quando estabeleceu a data de 09 de setembro como Dia do Administrador Hospitalar.

Conforme demonstrado pelo Conselho Regional de Administração (CRA-Ba,) a profissão reconhecida é a de Administrador, estabelecido na Lei Federal nº 4769/1965, sendo a Administração Hospitalar, uma das habilitações da categoria profissional do administrador, assim como o de empresas e o público.

Dessa forma, apresento este Projeto, que visa a corrigir a distorção mencionada, criando o Dia do Administrador, mantendo a mesma data, e revogando a Lei vigente, que de certa forma discrimina as demais habilitações da categoria, por ignorá-las.

Assim, espero contar com apoio dos demais Edis desta Câmara na aprovação deste Projeto de Lei por ser inconstitucional e de justiça.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
HEBER SANTANA

PROJETO DE LEI Nº 686/13

Dispõe sobre o direito do cidadão de receber as notificações de multas de trânsito constante do código de trânsito brasileiro, aplicadas pelo município de Salvador, na forma que menciona, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

D E C R E T A:

Art.1º. É direito de cidadão receber as notificações de multas de trânsito constante do Código de Trânsito Brasileiro, aplicadas pelo município de Salvador.

Art. 2º. Fica obrigada a impressão do conteúdo do Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro em todas as notificações e multas geradas e emitidas dentro do município de Salvador.

§ 1º - Vincula-se a esta impressão, as informações necessárias para que o autuado possa proceder no exercício do cumprimento da Lei.

Art. 3º. O seguinte texto deverá constar da notificação: "Art. 267 do CTB - Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa."

Art. 4º. A inobservância da determinação contida no artigo 2º permitirá ao autuado o direito de pleitear um novo julgamento, a qualquer tempo, sendo admitida a devolução do valor pago.

Parágrafo Único - O autuado deverá ser notificado da decisão.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
LUIZ CARLOS SUÍCA

JUSTIFICATIVA

A presente Propositura tem por finalidade levar informação aos motoristas sobre seus direitos. A impressão do Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro esclarece ao munícipe que, nas infrações de natureza leve ou média, não sendo reincidente o infrator na mesma infração nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa, o motorista pode comparecer ao DETRAN e requerer que seja feita a conversão da infração em advertência, com base no Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro, levando para tanto fotocópia da carteira de motorista e a notificação da multa, e, que, em até 30 dias, ele deverá receber pelo correio a advertência por escrito, livrando-se do pagamento da multa.

Acontece que esta informação não é devidamente divulgada, o que gera um grande número de cidadãos que são penalizados quando, em verdade, por Lei, bastaria uma advertência, sem a cominação de pena pecuniária.

Ante ao exposto, considerando o interesse público da qual esta revestida a proposta, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
LUIZ CARLOS SUÍCA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/13

Concede o Título de Cidadão da Cidade de Salvador, ao Dr. Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão da Cidade de Salvador ao Dr. Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins, interventor do Esporte Clube Bahia.

Art. 2º- A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da referida Comenda em Sessão Especial, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
J. CARLOS FILHO

JUSTIFICATIVA

O Título de Cidadania da Cidade de Salvador instituído na estrutura do Poder Legislativo Municipal tem como finalidade homenagear personalidades comprovadamente merecedoras. Através deste Projeto de Resolução, desejamos presentear digníssimo cidadão por seus relevantes serviços prestados ao nosso Município.

A indicação do nome do Dr. Carlos Eduardo Behrman Rátis, conhecido como Carlos Rátis, configura uma justa homenagem da Câmara Municipal de Salvador, como o reconhecimento da história profissional do advogado mineiro, bem como, sua firme

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 11

atuação à frente da intervenção do Esporte Clube Bahia.

Carlos Rátis, advogado (OAB-BA n.º 1599) comandou o processo de intervenção do clube e realizou a tão sonhada eleição direta no clube, onde ganhou a confiança e a admiração dos torcedores.

O advogado lutou contra as tentativas do ex-presidente Marcelo Guimarães Filho de voltar ao cargo, batalhou para quitar os débitos e pagar os salários na agremiação, sofreu para resolver problemas administrativos do time.

Além do seu reconhecido trabalho, como interventor do Bahia, Carlos Rátis é professor de Direito Constitucional e Direito Tributário da Faculdade Baiana de Direito, em Salvador. É mestre e doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa/Portugal. Professor de Direito Constitucional e Direito da Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde foi coordenador do colegiado do curso entre 2005/2007. Professor de Direito Constitucional e Tributário da EMAB e do curso JusPODIVM.

Criou o Instituto de Direito Constitucional da Bahia, exercendo o cargo de vice-presidente. Implantou o primeiro curso de pós-graduação em direito constitucional na Bahia. Implantou o projeto de monitoria com bolsas em direito constitucional na UEFS. Criou a disciplina Direito da Educação na UEFS. Como Diretor-Geral da ESAD, criou o projeto ESAD/Itinerante que viaja as trinta e uma subseções da OAB, realizando cursos jurídicos e divulgando o projeto videoteca jurídica. É colaborador do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

Esta homenagem ao advogado Carlos Rátis representa singela retribuição a uma ilustre personalidade, que com seu trabalho sério e louvável ajudou a recuperar a confiança e o amor dos torcedores pelo seu time, o Esporte Clube Bahia. Por isso é que pugnamos pela aprovação unânime deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
J CARLOS FILHO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 674/13

1 - O Poder Executivo expediu normas para o cadastramento e para o recadastramento de imóveis com o objetivo de obter elementos para proceder ao lançamento tributário, referente à incidência do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU).

2 - Acontece que adotou, como instrumento, o meio eletrônico utilizável pelo contribuinte, individualmente, sem atinar com a dificuldade que isto provoca nas pessoas desprovidas de conhecimento técnico específico e de computador para atender.

3 – o interesse público e o individual recomendam que se propicie a todos a oportunidade de cumprir, ainda que curto o prazo, considerando que a providência é essencial para obedecer as regras do Código Tributário Nacional – Nei de Normas Gerais – ao qual se submetem as do município, sob pena de comprometer a constitucionalidade do procedimento de lançamento que deve apurar o efetivo valo venal e não o valo de mercado de cada imóvel.

Considerando o curto prazo para realização do recadastramento;

considerando o número reduzido de locais para entrega da documentação exigida no recadastramento;

considerando a dificuldade de grande parte da população soteropolitana em acessar a "internet" para realização do recadastramento "online", recomenda-se adotar a presente.

A CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a implantação de postos de Secretaria Municipal da Fazenda na sede das prefeituras-bairros, com ampla divulgação, com o objetivo de facilitar à população de bairros como Cajazeiras, Fazenda Grande, Castelo Branco e subúrbio ferroviário, o atendimento ao prazo do cadastramento e do recadastramento de imóveis para os efeitos de incidência do IPTU.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
EDVALDO BRITO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 675/13

Salvador é uma capital que cresce de forma assustadora, seja no aumento populacional, ou na demanda pela saúde.

Considerando que o município não dispõe de unidades suficientes para atendimento aos bairros, os doentes são direcionados para as unidades de emergências, e na maioria dos casos, o problema seria resolvido numa unidade de saúde das famílias (PSF).

A prefeitura adquiriu, em 1998, na localidade de Plataforma – Subúrbio Ferroviário de Salvador, mais precisamente na Rua dos Tecelões, um prédio para a construção do PSF, no entanto, esta unidade nunca foi construída.

A dificuldade de a população encontrar atendimento médico em postos longe da sua residência aumenta a procura por hospitais, superlotando e tornado difícil para aqueles que realmente necessitam do atendimento de emergência.

A CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a instalação do Posto de Saúde da Família no Bairro de Plataforma, na Rua dos Tecelões.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
ALEMÃO(ANTONIO NOÉLIO LIBÂNIO)

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 676/13

Considerando que a Mediação Comunitária é uma técnica de administração de conflitos de caráter informal, em que uma pessoa da comunidade é escolhida pelas partes para facilitar a comunicação entre estas e ajudar a criar opções, para chegar a um acordo consensual e mutuamente satisfatório;

considerando que a mediação comunitária promove uma maior responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos, abrindo novos caminhos para uma positiva transformação sociocultural;

considerando que o Programa tem como objetivo proporcionar à comunidade o exercício efetivo da cidadania participativa, estimular a participação do membro do Ministério Público, viabilizar atendimento rápido, desburocratizado, gratuito e eficiente à comunidade, incentivar a formulação de projetos de inclusão social e a pratica de serviço voluntario, viabilizar um espaço gratuito de escuta-fala para resolução de controvérsia, entre outras atribuições;

considerando que dentre os mecanismos de pacificação social, a mediação é uma exitosa experiência que propicia o fortalecimento das bases comunitárias;

considerando que a cultura da paz social implementada com a instituição de núcleos de mediação tem por escopo a otimização da solução dos conflitos, a prevenção de litígios, a inclusão social pela valorização do ser humano e pelo respeito aos direitos fundamentais.

A CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR

INDICA:

ao Prefeito, a criação do Programa Núcleo de Mediação Comunitária nos Bairros do Município de Salvador.

Sala das Sessões, em 09/09/2013.
J. CARLOS FILHO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 677/13

Considerando que o Livro é a principal ferramenta da formação do ser humano, transformando o intelecto de cada individuo em prol do bem comum;

considerando a falta de campanhas de conscientização sobre a necessidade de doação de livros para instituições que possam levar o conhecimento a disposição de todos;

considerando que a campanha visa à doação e troca de livros universitários para consulta e aperfeiçoamento de conhecimentos aos alunos universitários da cidade do Salvador;

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 12

A CÂMARA DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, encaminhar projeto de Lei a esta Casa Legislativa, estabelecendo a campanha de doação e troca de livros universitários em toda a cidade de Salvador.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
DUDA SANCHES

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 678/13

Considerando que, no âmbito do Município de Salvador, os trabalhadores contratados terceirizados laboram em condições extremamente desfavoráveis em comparação com os servidores municipais, sobretudo por perceber salários – quando recebem – com um atraso de dois, às vezes três meses;

considerando que o salário é, à luz da Organização Internacional do Trabalho, elemento essencial da relação de trabalho, vez que, por sua natureza alimentar, do obreiro e sua família, não pode em hipótese alguma ser diminuído (salvo hipóteses legais previstas), retido ou atrasado, sob pena de ferir de morte o Princípio Constitucional da Dignidade Humana;

considerando que o regime de trabalho que impõe ao trabalhador terceirizado uma desvalorização crescente da sua força de trabalho em comparação ao servidor municipal, refletindo-se no atraso reiterado de pagamento dos salários e verbas remuneratórias;

considerando que os casos de atraso de salários são frequentes e, de forma contumaz, retratados na mídia, outrossim, órgãos como Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde são instadas a pagar os funcionários, gerando constrangimentos, como do último dia 09 de setembro de 2013, quando estes se acorrentaram ao portão da SEFAZ, exigindo o pagamento dos 04 meses de salários atrasados;

considerando que os servidores municipais gozam de privilégios que os terceirizados não gozam, como o pagamento de seus proventos até o dia 29 de cada mês, benefício esse que deveria ser estendido aos funcionários contratados, em observância ao retro citado Primado da Dignidade Humana;

considerando que as empresas que são contratadas pela Municipalidade recebem desta o pagamento dos referidos contratos, mediante nota, no prazo acordado, não se justifica o pagamento extemporâneo ao trabalhador, de dois, três, as vezes quatro meses de atraso;

considerando a impossibilidade de permanência desta situação, na qual o trabalhador terceirizado é penalizado com atrasos exacerbados em suas remunerações, apesar de realizar funções com a mesma qualidade técnica ou, muitas vezes, melhor que o próprio servidor municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, elaboração de Decreto do Poder Executivo, determinando a obrigatoriedade de pagamento de todos os empregados, contratados sob o regime da terceirização, no mesmo calendário dos servidores municipais.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
LUIZ CARLOS SUICA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 679/13

Considerando que, no âmbito do Estado da Bahia, os trabalhadores contratados terceirizados laboram em condições extremamente desfavoráveis em comparação com os servidores estaduais, sobretudo por perceberem salários – quando recebem – com um atraso de dois, as vezes três meses;

considerando que o salário é, à luz da Organização Internacional do Trabalho, elemento essencial da relação de trabalho, vez que, por sua natureza alimentar, do obreiro e sua família, não pode em hipótese alguma ser diminuído (salvo hipóteses legais previstas), retido ou atrasado, sob pena de ferir de morte o Princípio Constitucional da Dignidade Humana;

considerando que o regime de trabalho que impõe ao trabalhador terceirizado uma desvalorização crescente da sua força de trabalho em comparação ao servidor estadual, refletindo-se no atraso reiterado de pagamento dos salários e verbas remuneratórias;

considerando que os casos de atraso de salários são frequentes e, de forma contumaz, retratados na mídia, outrossim, órgãos como Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde são instadas a pagar os funcionários, gerando constrangimentos, como do último dia 09 de setembro de 2013, quando estes se acorrentaram ao portão da SEFAZ; exigindo o pagamento dos 04 meses de salários atrasados;

considerando que os servidores estaduais gozam de privilégios que os terceirizados não gozam, como o pagamento de seus proventos até o dia 29 de cada mês, benefício esse que deveria ser estendido aos funcionários contratados, em observância ao retro citado Primado da Dignidade Humana;

considerando que as empresas que são contratadas pelo Estado da Bahia recebem daquela o pagamento dos referidos contratos, mediante nota, no prazo acordado, não se justifica o pagamento extemporâneo ao trabalhador, de dois, três, as vezes quatro meses de atraso;

considerando a impossibilidade de permanência desta situação, na qual o trabalhador terceirizado é penalizado com atrasos exacerbados em suas remunerações, apesar de realizar funções com a mesma qualidade técnica ou, muitas vezes, melhor que o próprio servidor estadual.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador , elaboração de Decreto do Poder Executivo, determinando a obrigatoriedade de pagamento de todos os empregados, contratados sob o regime da terceirização, no mesmo calendário dos servidores estaduais.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
LUIZ CARLOS SUICA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 680/13

Considerando que, com o passar dos anos, o espaço onde funcionava a antiga sede de Praia do Esporte Clube Bahia foi se deteriorando, sem que houvesse possibilidades dos responsáveis arcarem com a sua manutenção e com a intervenção adequada do poder público municipal, a Praia do Bahia, como é conhecida tradicionalmente, voltou a ser um antigo cartão postal da nossa Cidade;

considerando que não é cabível encontrarmos pessoas utilizando os equipamentos públicos das praças como sanitários, podendo até causar constrangimentos a quem esta a usar por motivo de urgência e não existir sanitários públicos nas proximidades;

considerando que o fluxo de visitantes durante o dia e em especial à noite
tem aumentado sensivelmente, em virtude da nova estrutura instalada no local, onde dezenas de crianças estão acompanhadas muitas vezes dos seus pais e a falta de sanitários tem causado vários transtornos;

considerando que a praça, que é uma área de entretenimento, além de possuir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, vem se tornando uma das principais alternativas de visitação da comunidade e também um novo ponto turístico da nossa cidade, necessitando da instalação de mais esse serviço.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que determine a instalação de sanitários para adultos (F/M) e infantil na Praça onde funcionava a antiga sede de praia do Esporte Clube Bahia, situada no bairro da Boca do Rio

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
TOINHO CAROLINO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 681/13

Considerando que a comunidade do Parque São Cristovão, Rua Leste-2, necessita da construção de uma praça com equipamentos públicos de esporte e de lazer que alie saúde, bem estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas;

considerando que a construção de uma praça em local carente de espaços públicos

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 13

que possuam infraestrutura oferecerá a população possibilidades que venham a se reconhecer como cidadãos de direitos e deveres, no exercício legitimo e diário de sua cidadania;

considerando que uma praça não é apenas destinada às praticas esportivas e ao condicionamento físico, mas também está relacionada à educação, lazer e recreação, integração social, ressocialização de pessoas, saúde e qualidade de vida;

considerando que a praça é uma área de entretenimento, e, além de possuir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, vem se tornando uma das principais alternativas de visitação da comunidade;

considerando que, as áreas de lazer públicas com equipamentos infantis devem conter brinquedos adaptados a crianças com deficiência e necessidades especiais, contemplando dessa forma toda a comunidade local e circunvizinha.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que determine a construção de uma praça em terreno localizado na Rua Leste-2, bairro Parque de São Cristovão.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
TOINHO CAROLINO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 682/13

Considerando a elevada quantidade de adeptos do automobilismo na cidade do Salvador, o que tem sido ainda mais fomentado com a realização de eventos como o Stock Car;

considerando que muitos jovens fãs do automobilismo praticam este esporte de forma indevida pela ausência de local específico destinado a tal finalidade;

considerando o crescente número de acidentes de veículos envolvendo jovens praticantes do esporte, muitos deles atingindo terceiros que não praticam o automobilismo, além de danos causado ao patrimônio público e de particulares;

considerando ser dever de todos os entes públicos zelar pela segurança dos cidadãos, promover a prática esportiva e o entretenimento, bem como a necessidade de realizar campanhas educativas a fim de reduzir os acidentes retromencionados;

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a construção de "pista de arrancada", a qual funcionará para disputa de eventos automobilísticos oficiais supervisionados pela Federação competente, bem como treinamento desse esporte pelos jovens da cidade de Salvador.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.
CLAUDIO TINOCO

ATA

64ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ (AUSENTE LICENCIADO), CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO (AUSENTE LICENCIADO), FABÍOLA MANSUR, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 683 e 684/13 do vereador Duda Sanches, 685/13 do vereador Heber Santana, e 686/13 do vereador Luiz Carlos Suíca; Projeto de Resolução n. 75/13 do vereador J. Carlos Filho; Projetos de Indicação n.s 674/13 do vereador Edvaldo Brito, 675/13 do vereador Alemão, 676/13 do vereador J. Carlos Filho, 677/13 do vereador Duda Sanches, 678 e 679/13 do vereador Luiz Carlos Suíca, 680 e 681/13 do vereador Toinho Carolino, e 682/13 do vereador Cláudio Tinoco; e Requerimentos n.s 236/13 do vereador Luiz Carlos Suíca e 237 e 238/13 do vereador Arnando Lessa. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada solicitação de licença do vereador Heber Santana referente ao dia 9 de setembro. No **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna a vereadora Aladilce Souza, que saudou a Associação dos Servidores da Câmara Municipal (ASCAM) pela contribuição dada à Casa, que ultrapassa a luta pelos servidores. Criticou a medida de se fecharem as portas do edifício da Câmara pela manhã, opinando que o prédio, histórico, é carregado de forte simbolismo relacionado ao Poder Legislativo e à representação popular, o que não deve ser infirmado pela preocupação com integridade patrimonial e segurança. Lembrou que os Palácios Rio Branco e Tomé de Sousa são abertos à população, o mesmo devendo haver com a sede desta Casa. Apelou aos demais edis para que colaborem com o debate, que se dá no âmbito do Poder Executivo, sobre os transportes coletivos, lembrando que, no mês passado, o assunto foi ventilado na Casa, devendo, pois, ser retomado. Observou que isso se faz especialmente necessário ante o Edital da licitação – a primeira em 30 anos – que será realizada sobre os transportes, não podendo os edis ficar à margem do processo. Disse que as Comissões precisam debater o assunto, sobre o qual ela vem se informando. Comentou reunião na Comissão da Mulher sobre o câncer de mama, sobre o quê pediu ações nos bairros. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha cumprimentou o presidente Paulo Câmara pela rápida resposta dada Otto Pípolo, presidente da Associação dos Blocos de Salvador (ABS), que fez comentário desabonador à Casa. Também pela ordem, o vereador Marcell Moraes elogiou a audiência pública sobre os estacionamentos realizada pelo vereador José Trindade. Em comunicação inadiável, o vereador Pedrinho Pepê saudou os profissionais da imprensa pelo Dia do Jornalista. Com a palavra, o vereador Léo Prates também parabenizou o presidente Paulo Câmara pela atitude em defesa da instituição, que foi agredida. Comparou a Casa a outros parlamentos do País, onde existem procedimentos de segurança que não se veem aqui, por se tratar de uma Casa pobre. Contou experiência vivida ao lado da vereadora Fabíola Mansur, sobre pessoas com deficiência. Defendeu a acessibilidade e uma política de inclusão cultural para essas pessoas, mencionando Projeto de Lei do vereador Sílvio Humberto que pode revolucionar a situação. Afirmou que a deficiência, muitas vezes, associa-se à pobreza, o que torna importantes essas ações. Concluiu pedindo discussão sobre o financiamento da Cultura, que só recebe 0,1% do Orçamento – enquanto Recife destina 2% – e informando Projeto de Indicação para que esse percentual se eleve a 1%. A vereadora Fabíola Mansur saudou os presentes e comentou reunião, hoje, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, afirmando a necessidade de conhecimento de licitações referentes ao Transporte Público e informando que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, algumas empresas não contratam mulheres, o que requer debate nesta Casa. Comentou o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) n. 3/13, de sua autoria, que acaba com o voto secreto em cassações de mandato de prefeito e vereador, solicitando celeridade na tramitação. Parabenizou a vereadora Eron Vaasconcelos por encaminhar o Outubro Rosa, e o Grupo de Trabalho, pela convocação do secretário Mauro Ricardo e diversas Instituições para tratar das políticas para pessoas com deficiência. O vereador Arnando Lessa comentou a grande ocorrência de dispensas de licitação na cidade, observando que determinados grupos de empresas têm sido, constantemente, vencedores, e considerando que algo não está de acordo com a lógica da disputa. Informou que apresentará, na próxima semana, relatório a respeito e desejou que os órgãos competentes avaliassem a questão. Na oportunidade, pediu aos líderes do Governo apoio para Requerimento, visando a convidar o superintendente da Transalvador, Fabrizio Müller, para vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre a situação do trânsito na cidade. Foi votada e aprovada solicitação de licença da vereadora Eron Vasconcelos, nos dias 11, 16, 17 e 18 de setembro. Em comunicação Inadiável, o vereador Sílvio Humberto convidou os presentes para Sessão Especial em homenagem aos 21 anos de Fundação do Instituto Steve Biko, hoje, às 19 horas. O vereador Luiz Carlos Suíca parabenizou o vereador Sílvio Humberto pelos 21 anos do Instituto Steve Biko, organização de suma importância para a formação de jovens negros, e declarou que se fará presente na Sessão comemorativa. Em seguida, comentou a decisão dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia (Sindilimp), que fizeram greve de fome e acorrentaram-se, protestando contra o massacre de trabalhadores. Criticou a maneira como as empresas que contratam com Estado e Município vêm tratando seus empregados, atrasando os pagamentos. Desejou, entre outras medidas, que o Estado efetue o pagamento direto aos trabalhadores, entendendo que, para isso, o Governo precisa tomar uma decisão política, cancelando os contratos com as empresas. Destacou que, na Assembleia Legislativa, a deputada Luiza Maia vai orientar para que se vote o Projeto em regime de urgência. Chamou a atenção da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que disse que o Projeto que se encontra na Casa tem alguns impedimentos, como a questão da retenção de 36% do valor pago à empresa, declarando

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 14

que acha justo esta retenção, pois protege o trabalho e o erário. Em aparte, o vereador Moisés Rocha parabenizou o orador pela permanente proteção aos trabalhadores, qualquer que seja a esfera (federal, estadual ou municipal), e inclusive na área privada. Além disso, registrou a vitória na Câmara Federal para barrar a PEC 4330, que trata do processo de regulamentação da terceirização. O orador, por fim, destacou que o procurador Rui Moraes e o secretário da Administração têm se mostrado a favor dos trabalhadores. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Marcell Moraes destacou a boa gestão do prefeito ACM Neto, inclusive nas questões ambientais. Lembrou que, desde o início do seu mandato, vem solicitando a atenção do Governo do Estado para o *Parque Metropolitano de Pituaçu*, maior reserva da cidade, que vem tendo reduzida sua área. Lembrou, ainda, que o *Parque Lagoa e Dunas do Abaeté* também diminui a cada ano, correndo o risco de desaparecer. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha parabenizou o orador por sua luta em defesa do meio ambiente e registrou que esteve recentemente no Parque de Pituaçu, onde constatou a invasão de traficantes e marginais, que afastam as crianças e as famílias do local. O orador ressaltou que os três parques (Pituaçu, Abaeté e Zoológico) que estão sob a responsabilidade do Governo do Estado estão abandonados, considerando que são sete anos de gestão sem olhar para o meio ambiente. Registrou que o *Parque da Cidade*, de responsabilidade do Município e gerido pelo PV, já tem garantida sua revitalização, em apenas oito meses de gestão. Lembrou que, em Pituaçu, houve um projeto para revitalizar a lagoa – que é artificial, mas abrilhanta o local –, mas ela não é cuidada. Voltou a dizer que o PV não é de direita nem de esquerda, mas de quem cuida do meio ambiente, lembrando que o partido chegou a fazer parte da coligação de Jaques Wagner, mas depois, vendo que a gestão não cuidava do meio ambiente, partiu para apoiar ACM Neto, que, ao contrário, tem mostrado grande preocupação com a questão ambiental. O vereador Gilmar Santiago comentou Projeto de Lei que enviou à Casa no ano passado, que propõe a mudança do nome da Avenida Adhemar de Barros, em Ondina, para "Avenida Milton Santos". Disse já haver conversado a respeito com o vereador Kiki Bispo, pela CCJ, e pediu a Relatoria do Projeto para o vereador Waldir Pires, contemporâneo do geógrafo Milton Santos na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Explicou que a mudança do nome não corresponde a um desejo pessoal seu, tendo sido indicada por várias pessoas desejosas de honrar um grande baiano, sobre o qual faltam homenagens em Salvador. Comentou o Projeto de Lei, do vereador Waldir Pires, que propõe vedar que nomes de colaboradores da Ditadura figurem em logradouros, criticando o fato de os nomes de ruas homenagearem pessoas que nada fizeram pela cidade, como o próprio Adhemar de Barros, paulista, cuja conduta pública se mostrou ruim. Pediu apoio dos colegas ao Projeto, que é apartidário. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza parabenizou o orador pela iniciativa e disse haver encontrado o professor Joviniano Neto, que, em nome da UFBA, também saudou o Projeto. Também se associou a vereadora Fabíola Mansur, que disse estar instalada na Avenida Adhemar de Barros há 14 anos. Também em aparte, o vereador Waldir Pires disse que, se a CCJ lhe conferir a honra da Relatoria, fará o trabalho com muita alegria, e que lembra Milton Santos com admiração e sentimento. O orador disse já haver falado também com os vereadores Léo Prates e Edvaldo Brito, e concluiu pedindo, além do nome, um monumento a Milton Santos na avenida, para que, numa cidade de maioria negra, ele possa figurar como grande exemplo. O vereador Edvaldo Brito associou-se à saudação pelo Dia do Jornalista e ao vereador Sílvio Humberto, pelo aniversário do Instituto Steve Biko, no qual prestou a aula inaugural. Comentou Projeto de Lei sua autoria sobre casarões abandonados, o qual instrumentaliza a aplicação, no Município, de disposições do Código Civil pelas quais, ao invés de serem desapropriados – o que envolve dinheiro público –, esses imóveis, que não cumprem sua função social, são arrecadados pelo Município como bens vagos. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), comentou a preocupação da sociedade e contou haver discutido o assunto na Rádio Excélsior, o que tornará a fazer em outros encontros com a sociedade organizada. Defendeu que houvesse clareza sobre as Mensagens, com espaço para discussões, e concluiu afirmando que sua posição é a mesma de 22 anos atrás, quando venceu ação movida contra o então prefeito Fernando José. O vereador Cláudio Tinoco lembrou tumulto ocorrido na Sessão do dia 4 de setembro, comentando as declarações de alguns vereadores, que foram a público contestar a decisão do presidente Paulo Câmara de revistar as pessoas que adentrarem a Galeria. Comentou ocorrido, hoje, em que o subsecretário de Segurança Pública, Ari Pereira, atirou três vezes em direção ao grupo de manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), quando eles invadiram a sede da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Afirmou não opinar contra ou a favor do subsecretário, nem do MST, mas ressaltou preocupação com as manifestações que vêm acontecendo. Na oportunidade, comentou ter sido encontrada cabeça humana decepada, em Nova Brasília. Foi votada e aprovada licença médica de três dias do vereador Everaldo Augusto, a partir de 10 de setembro. O vereador Isnard Araújo parabenizou o presidente Paulo Câmara pelas medidas visando à segurança no Plenário e lamentou as manifestações que vêm ocorrendo. Comentou o momento político turbulento, que se seguirá até as próximas eleições, mencionando possíveis indicações para governador do Estado pelo PT e desejando a candidatura do ministro César Borges. O edil sugeriu, aos vereadores do PT, convite ao ministro para filiação ao partido, o que considerou uma excelente opção. Em aparte, o vereador Odiosvaldo Vigas acrescentou à lista de possíveis sucessores ao Governo do Estado o nome do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, do PDT. Em aparte, o vereador Léo Prates informou se alegrar com a indicação do nome do ministro César Borges, por quem tem respeito e apreço. Também em aparte, o vereador Kiki Bispo se associou e pediu que o ministro intercedesse pelo cancelamento do contrato com a Via Bahia. Ainda em aparte, o vereador Leandro Guerrilha se associou ao vereador Kiki Bispo, comentando a vergonha pela BR-324. O vereador Isnard Araújo ressaltou que estará com o ministro César Borges, na terça-feira, e solicitou que os vereadores assinem Requerimento para que a Via Bahia seja interditada. Em aparte, o vereador Tiago Correia se associou, afirmando que a questão já deveria ter sido resolvida. O vereador Moisés Rocha parabenizou o vereador Sílvio Humberto pela Sessão comemorativa aos 21 anos do Instituto Steve Biko e lembrou que teve a honra de realizar a Sessão que comemorou os 18 anos da entidade. Destacou que o jovem formado no Instituto sai de lá conhecedor de seus direitos e preparado não só para o vestibular, mas, para a vida. Lamentou não poder comparecer à Sessão. Em seguida, o edil pediu aos líderes da bancada do Governo para atentar sobre as zonas de exclusão da cultura em Salvador. Registrou que mais um espaço no Centro da cidade, dessa vez nas Mercês, foi invadido por prepostos da Sucom e teve um aparelho de som apreendido. Criticou a atuação da Sucom em locais como o *Bar de Fua*, *Cravinho do Carlinhos* e praças do Pelourinho, que há tanto tempo fazem cultura, afirmando que é preciso garantir a sobrevivência dos profissionais de música. Concluiu dizendo que, se a Lei do Silêncio for seguida ao pé-da-letra, nenhum templo evangélico estaria em ordem, e nem mesmo esta Casa, que, nas Sessões, ultrapassa o limite de decibéis permitido. Em aparte, o vereador Léo Prates parabenizou o vereador Moisés Rocha pela luta em prol da cultura e concordou em participar de um debate sobre as zonas de exclusão, afirmando que, de fato, a música no Pelourinho faz parte da história do local. Também em aparte, o vereador Heber Santana criticou a ideia que se tem de que as igrejas evangélicas lideram o *ranking* de reclamações na Sucom, uma vez que a informação não procede, e, além disso, destacou o papel social que as igrejas exercem, considerando que isso deve ser levado em consideração. O orador, por sua vez, pontuou que a cultura também tem importante papel social. Em seguida, disse que todos os parques da cidade devem ser cuidados e lembrou que o vereador Marcell Moraes passou quase dois anos como diretor do Parque de Pituaçu, considerando que o edil deveria falar das contribuições que deixou no local, a não ser que não tenha deixado coisa alguma. Disse que o Ministério Público deveria divulgar os nomes dos grileiros de Pituaçu, porque, certamente, sobrenomes de peso seriam reconhecidos. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha lamentou o anúncio de desligamento do cantor Bell Marques da banda *Chiclete com Banana*, considerando que a música baiana perde uma de suas grandes referências. O vereador Waldir Pires, defendendo uma construção séria, fraternal e honrada da cidade, do estado e do País, destacou dois importantes aspectos: a informação e a transparência. Lembrou que o direito à informação é previsto constitucionalmente e deve ser respeitado o direito de todo cidadão a obtê-la, e a transparência passou a ser um dever do Estado. Considerou que a conjugação dessas duas realidades jurídicas, políticas e sociais são a base da reconstrução da sociedade brasileira. Lembrou que, quando foi ministro de Estado, foi criado o *Portal da Transparência*, um dos mais completos do mundo, contendo mais de 1 bilhão e meio de informações, o que faz do Brasil uma referência global em termos de transparência pública. Disse haver apresentado o Projeto de Lei sobre controle da transparência e participação social, e concluiu desejando que Salvador tenha a real possibilidade de transparência, com a colaboração da Câmara em assegurar a informação, que é dever de todo o Estado. O vereador Kiki Bispo, como membro da Comissão que acompanha a construção da Ponte Salvador-Itaparica, declarou-se preocupado com o assunto. Considerou que a crise financeira do Estado da Bahia e a seca (que já dura três anos) exigem reflexão, na iminência de se dispenderem altas quantias com os estudos e as obras da Ponte. Lembrou o que aprendera com o vereador e professor Henrique Carballal, quando foi seu aluno, sobre êxodo rural, algo que acontece massivamente com os que fogem da seca e vêm morar, subumanamente, em Salvador. Observou que, além de sobreviverem sem trabalho ou na informalidade – numa cidade que já é considerada capital nacional do desemprego –, algumas dessas pessoas, na falta de perspectivas, podem adentrar o mundo do crime, o que aumenta os problemas de segurança pública. Declarou reconhecer a importância econômica da Ponte, mas considerou que isso não justifica o investimento em meio a tantos problemas. Concluiu apelando para que o governador suste a iniciativa enquanto não forem solucionados esses problemas do Estado. Em aparte, associou-se o vereador Odiosvaldo Vigas, lembrando que o investimento no aeroporto de Feira de Santana seria uma alternativa (menos custosa) à Ponte, e alertando sobre o impacto social negativo dessa obra na Ilha de Itaparica. Também em aparte, o vereador Léo Prates registrou o crescimento da atividade econômica na cidade, que estava cotada no índice de 4.3, chegando, agora, a 5.3. Ainda em aparte, o vereador Hilton Coelho associou-se ao orador, ressaltando a importância da agricultura familiar num estado rural como a Bahia. Considerou que, sem investimento nessa atividade, as cidades tornam-se depósitos de pessoas, como resultado da ação perversa do agronegócio, e definiu a construção Ponte como um crime. Com a palavra, o vereador Tiago Correia ressaltou a importância da audiência pública que acontecia naquele momento, no Centro de Cultura, sobre o trabalho dos artesãos nos espaços públicos. Informou que outra audiência acontecerá,

DOLM 12.09.13:Camara_Template 11/9/2013 19:22 Página 15

sobre os artesãos da Praça Cayru, com discussão de propostas. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho pediu licença para se ausentar da Sessão e seguir à audiência pública em andamento, e parabenizou o vereador Tiago Correia. O vereador Pedrinho Pepê comentou o caos no transporte coletivo e os constantes engarrafamentos na cidade, e solicitou ao presidente que intercedesse junto ao prefeito visando a implantar ou reimplantar a via exclusiva para ônibus e táxi, apelando também para que o prefeito fizesse convênio com a Policia Militar e a Transalvador a fim de educar os motoristas. Em aparte, o vereador Moisés Rocha se associou, sugerindo que a via exclusiva funcione nos horários de maior fluxo do trânsito e considerando que o transporte solidário não funcionou. O vereador Pedrinho Pepê sugeriu que a via exclusiva funcione todos os dias, entre 6 e 9h e 16 e 21h. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha considerou que as vias exclusivas não adiantarão se não houver educação, lembrando a importância do respeito no trânsito e sugerindo ao orador comentar a questão da segurança nos ônibus. Também em aparte, o vereador Edvaldo Brito apoiou e parabenizou o vereador Pedrinho Pepê. O orador chamou a atenção para o ocorrido na votação da última quarta-feira, em que o vereador David Rios foi atingido com um ovo, considerando que não é assim que se pressiona para a votação de um Projeto e sugerindo encaminhamento da fita de vídeo ao Ministério Público. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito informou ter dado entrada no Projeto de Indicação n. 674/13, solicitando celeridade na tramitação e registro, em Ata, de que a população do Subúrbio será punida com multa de recadastramento, se esta Casa não interceder. O Senhor presidente Arnando Lessa solicitou que o vereador Edvaldo Brito encaminhe Requerimento de Urgência Urgentíssima na próxima Sessão. Pela ordem, a vereadora Fabíola Mansur se associou, lembrando arquivamento do Projeto de Indicação de sua autoria, mas solicitando votação de Proposição visando ao escalonamento das multas. O Senhor presidente esclareceu que os vereadores devem requerer Urgência Urgentíssima com o apoio dos colegas. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza informou que, como membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, encaminhou ofício nesse sentido ao secretário da Fazenda. Pela ordem, o vereador Léo Prates sugeriu reunião do Colégio de Líderes para estabelecer pauta de votação. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito ressaltou a existência de multa, lembrando que muitas pessoas não têm acesso à *internet* e estão com dificuldades para fazer o recadastramento. O Senhor presidente Arnando Lessa convocou os vereadores para reunião do Colégio de Líderes, na próxima terça-feira. A vereadora Aladilce Souza concordou, afirmando que a Casa não pode se omitir, que as pessoas estão preocupadas e que a multa é de 412 reais. Em aparte, o vereador Waldir Pires secundou as observações feitas, desejando que a Casa assuma sua responsabilidade. Também em aparte, o vereador Leandro Guerrilha considerou que, além dos líderes, outros vereadores, que queiram, também devem participar da reunião. A vereadora Aladilce Souza desejou que votações como a da última quarta-feira não se repitam, afirmando a necessidade de reflexão, visando a recuperar o apreço do cidadão por esta Casa. Lembrou que o Projeto do IPTU foi votado sem o devido conhecimento, o que motivou a raiva da população. Desejou votações com debate e transparência. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago se associou, acrescentando que o debate é importante, pois os Projetos mexem com a vida das pessoas. O edil afirmou que, somente após a aprovação do Projeto, alguns vereadores se preocuparam com a ampliação do prazo, desejando que essa situação sirva de exemplo para o futuro. O vereador Euvaldo Jorge concordou com a vereadora Aladilce quanto à Casa dever respeitar o povo, mas pontuou que ela e os vereadores também devem ser respeitados, considerando que jogar um ovo não é tratamento que se deva dar a alguém em circunstância alguma. Comentou sobre as manifestações sociais atuais, criticando os marginais que afastam das ruas as pessoas de bem que querem se expressar. Sobre o assunto, leu editorial do jornal A Tarde de hoje, que discorreu sobre os atos de violência no *Sete de Setembro.* Considerou que o problema é muito mais grave do que se pensa, que é preciso dar um basta no vandalismo, que, a seu ver, deve ser combatido com força militar, e que a democracia tem de ficar alerta. Em aparte, o vereador Léo Prates associou-se ao orador, fazendo uma ressalva, por não lhe parecer que revolta justifique agressão, senão a própria Casa seria um ringue. Na oportunidade, pontuou que nenhuma disposição do Regimento Interno e nem da LOM foi infringida nesta Legislatura, e que o respeito a normas e leis é a base da democracia. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza esclareceu que não aprova a atitude agressiva tomada por alguém da Galeria e que apenas quis chamar a atenção de que a Casa precisa ter medidas de prevenção à revolta, não votando matérias da maneira como se votou na última Sessão deliberativa. O orador destacou que a Casa é plural e, por isso, engloba diferentes pontos de vista. Em aparte, o vereador Waldir Pires ressaltou que a batalha pela democracia não é feita apenas nos parlamentos, mas, na construção da sociedade. Considerou que se vive, hoje, numa *era do mundo*, em que se vê violência de todas as naturezas e em todos os lugares. Disse que não se trata simplesmente de obedecer a regras atrasadas que não respeitaram a evolução da democracia, e que as elites, em verdade, nunca incluíram o povo no processo democrático. O orador disse concordar, mas refletiu que não e através da violência que se resolve. O Senhor presidente Arnando Lessa disse ter sido informado sobre haver um grupo de músicos, na Casa, querendo efetuar a entrega de um documento e, nesse sentido, solicitou que algum colega pudesse recebê-lo. Em comunicação inadiável, o vereador Gilmar Santiago saudou o senhor Danilo, diretor eleito do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (SINDAE). Em seguida, registrou que a Galeria da Câmara de Alagoinhas possui capacidade para 300 pessoas, enquanto a de Salvador, apenas 60. Disse que não se pode pegar um fato isolado para criar constrangimentos aos cidadãos que vêm a esta Casa, como a revista. Ressaltou que o espaço desta Casa é democrático e concluiu, citando Bertold Brecht, considerando que se deve atentar para o motivo da revolta das pessoas. Nada mais havendo, o Senhor presidente Arnando Lessa declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para amanhã, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Fabíola Mansur, Geraldo Júnior e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Vereador(es) licenciado(s)	Período	Fundamentação
CÁTIA RODRIGUES	02 A 04/09/13	Art.18, inciso II, Res.910/91
HENRIQUE CARBALLAL	17 e 18/09/13	Art.18, inciso III, Res.910/91
ISNARD ARAÚJO	17 e 18/09/13	Art.18, inciso III, Res.910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE:

INEXIGIBILIDADE Nº : 17/2013
PROCESSO CMS : 1734/2013
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
CONTRATADA : CENTRO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO LTDA
OBJETO : Inscrição de seis servidores no XII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional.
PERIODO : 13 e 14 de setembro/2013
VALOR TOTAL : R$2.160,00(dois mil cento e sessenta reais)
BASE LEGAL : Art. 25, II da Lei Federal 8.666/93, conforme Parecer nº 396/2013 da Procuradoria Jurídica.
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 01.031.039.2313 – 3.3.90.39.000
HOMOLOGAÇÃO : 02/09/2013

EXPEDIENTE DA DIRETORIA

RETIFICAÇÃO:

No **Ato 1663/2013** da Mesa, publicado no D.O.L. do dia 11/09/2013, página 17:

Onde se lê: "... cad. 14.924..."

Leia-se: "... cad. 10.719..."

GABINETE DA DIRETORIA, 11 de Setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

EXPEDIENTE DA DIRETORIA FINANCEIRA

PORTARIA Nº 22/2013 – O DIRETOR FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar o servidor **HUMBERTO AUGUSTO ROHRS DA CUNHA SANTOS,** cad. 6.083, para responder pela Função de Confiança FC-10, de Chefe do Setor de Tesouraria, em substituição ao titular **IVANILDO TENÓRIO DA SILVA**, cad.3.264, que se encontra afastado por motivo de licença médica, no período de 29/08/2013 a 17/09/2013.

GABINETE DA DIRETORIA, 10 de setembro de 2013.

José Cabral Ferreira
Diretor Financeiro

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

